

Sinuca eleitoral pode atravessar o 1º turno

AG. GLOBO

A batalha judicial envolvendo a candidatura Sílvio Santos poderá se desenrolar até depois da eleição e tumultuar todo o processo eleitoral, levando a uma quantidade sem precedente de votos nulos. Na hipótese de rejeição do registro da candidatura pelo TSE, os advogados do animador recorrerão ao Supremo Tribunal Federal, já que o assunto envolve matéria constitucional. Da mesma forma, deverá haver recurso ao Supremo por parte dos advogados de seus adversários, caso o TSE decida em favor do registro.

Em ambos os casos, o prazo é apertado demais para que o STF tome uma decisão sem que o resultado da eleição já esteja comprometido. Por exemplo: o TSE rejeita o registro na sessão de amanhã. No mesmo dia, os advogados de Sílvio recorrem ao Supremo, mas aí o programa do PMB já terá ido ao ar à tarde e à noite, com o apresentador dizendo-se candidato e ensinando a votar no número 26. Depois de amanhã, sexta-feira, o recurso é distribuído e é sorteado um rela-

tor, ao mesmo tempo em que é pedido um parecer do Procurador Geral da República, como é praxe. Vem o fim da semana, e o parecer do Procurador só chegará ao STF na segunda-feira, antevéspera da eleição. O julgamento, pelo STF, será na própria segunda ou na terça-feira. E aí, o estrago estará feito. Mesmo que o Supremo mantenha o registro negado, será difícil explicar aos prováveis milhões de eleitores de Sílvio que ele não está na disputa. O resultado será um turbilhão de votos nulos que, se por remota possibilidade atingirem os 50 por cento, somados aos votos nulos de fato, anulariam a eleição.

Em caso de vitória de Sílvio no TSE e recurso de seus adversários ao Supremo, não há efeito suspensivo. Ou seja, Sílvio disputa para valer a eleição, mas se chegar ao segundo turno, sua vaga estará "sub judice", ou seja, sujeita a posterior julgamento do Supremo. E aí, como o STF poderá tirar do segundo turno um candidato colocado lá pela força das urnas?



Ao lado de Gadelha(E), Sílvio negou que tenha havido negociação na polêmica renúncia de Agostinho Linhares